



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Lauro Zimmermann Volta às aulas com arroz e feijão

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 3/5/11



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.jaraguá	Data: 3/05/2011
Assunto: Volta às aulas com arroz e feijão		Página: 4

LAURO ZIMMERMANN

Volta às aulas com arroz e feijão

Após interdição que durou 14 dias, alunos retomam estudos na escola

Pela primeira vez em 2011, os alunos da Escola Estadual Lauro Zimmermann, de Guaramirim, receberam merenda quente. Depois da segunda interdição feita pela Vigilância Sanitária, que desta vez durou 14 dias, os 572 estudantes voltaram às aulas na manhã de ontem e comeram feijão com arroz. A cozinha da escola foi reformada e as merendeiras puderam preparar o almoço. Ainda faltaram a salada e a carne, que serão servidas a partir de hoje.

A hora do recreio foi diferente. Antes, era visível o descontentamento dos alunos com o pequeno pacote de sucrilhos e o iogurte, que muitas vezes ainda estava congelado. Ontem, eles receberam uma porção de arroz com feijão e farofa. A partir de hoje, a merenda passa a contar com salada de acelga e tomate e carne de panela. “Mas no cardápio ainda terão dias com sanduíches naturais e lanches como bolachas”, adianta a gerente regional de Educação, Deni Rateke. O cardápio foi aprovado pela nutricionista Frantiesca Mendes Maia.

Para cozinhar os alimentos, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) precisou reformar completamente a cozinha da escola. O local ganhou nova pintura, um balcão de granito com duas pias, um novo fogão e coifa. A merendeira Margarete Costa diz que a situação está muito melhor. “Percebi que os alunos gostaram das mudanças”, diz.

A sala de informática, que não estava prevista nas reformas emergenciais pedidas pela Vigilância Sanitária, também ganhou novos ares. O local foi pintado e recebeu 11 computadores. “Em uma semana, após os técnicos configurarem os equipamentos, os alunos poderão ter aulas no local”, afirma o assessor de direção Julio Cezar Chitolina.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.jaraguá	Data: 3/05/2011
Assunto: Ainda existem problemas		Página: 4

LAURO ZIMMERMANN Ainda existem problemas

O problema nos 12 banheiros da Escola Estadual Lauro Zimmermann foram solucionados parcialmente. O caso mais grave estava no banheiro feminino, que dos seis, apenas um funcionava. “As boias e as descargas foram arrumadas”, avisa Julio Cezar. Novos suportes para o papel higiênico e tampas para os vasos sanitários ainda não foram colocados, assim como outras adaptações que não foram feitas.

A lavanderia também não foi reformada. Dois tanques provisórios foram instalados ao lado dos banheiros. A Vigilância Sanitária aprovou a medida, desde que a lavanderia seja reformada conforme prevê o acordo firmado com o Ministério Público de Guaramirim, no termo de ajustamento de conduta (TAC), em fevereiro.

“Mas ainda falta muita coisa. Ainda não foi solucionado o problema de infiltrações nas salas de aula”, reclama a professora Mazilda Fiamoncini. A professora Nadia Jerusa Rodermel também aponta problemas.

“Fico feliz que alguma coisa foi solucionada. Mas as fossas precisam ser construídas e acredito que a fiação elétrica também precisa ser trocada. Desde a inauguração da escola, em 1977, que os fios não são trocados”, fala a educadora, que já foi presidente da Associação de Pais e Professores (APP) da escola.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.jaraguá	Data: 3/05/2011
Assunto: Ainda existem problemas		Página: 5

LAURO ZIMMERMANN

Alunos sem férias em julho

O secretário de Desenvolvimento Regional (SDR), Lio Tironi, não foi encontrado ontem para falar sobre o lançamento do edital de licitação para a contratação de uma empresa para fazer as obras da Lauro Zimmermann. Porém, a gerente regional de Educação, Deni Rateke afirmou que, por enquanto, não há previsão de quando as obras irão começar. Por causa de readequações na administração, o governador Raimundo Colombo não permitia lançamento de editais até o fim de abril, mas este prazo deixou de existir no começo desta semana.

Segundo Deni Rateke, com a primeira paralisação das aulas na Lauro Zimmermann, ainda em fevereiro, os mais de 500 alunos ficaram nove dias sem aula. Este período será repostado em julho. “Foi combinado que os estudantes ficarão sem férias de julho”, alerta a gerente regional de Educação. Já o período de 14 dias perdidos com a segunda interdição da escola, em abril, a gerência regional ainda não definiu a data para a reposição. “Precisamos avaliar com os pais e professores os melhores dias”, diz Deni. Por enquanto, não foi descartada a possibilidade de aulas aos sábados.

A presidente da Associação de Pais e Professores, Maria Inês dos Santos, reuniu alguns pais na sexta-feira para debater a situação da escola. O objetivo é de levantar a autoestima dos estudantes.

A APP já está planejando uma festa junina para o dia 11 de junho. “Mas, infelizmente, a festa não pode ocorrer na Lauro. Vamos conversar com o diretor da Escola Almirante Tamandaré, que fica bem perto da Lauro, para ceder um fim de semana para as comemorações”, diz. Outra ideia é premiar os alunos que se destacam em trabalhos desenvolvidos em aula e criar um jornalzinho para a escola, feito pelos estudantes.

Cronologia

DIA 2 DE FEVEREIRO - Preocupados com a estrutura da Escola Estadual Lauro Zimmermann, pais e professores denunciaram ao Ministério Público as péssimas condições de trabalho para receber os 1,1 mil alunos que iriam começar as aulas dentro de quatro dias.

DIA 3 DE FEVEREIRO - O promotor Belmiro Hanisch Júnior solicitou que fosse apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional um laudo pericial da escola, além de vistoria técnica da estrutura da escola pela Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros de Guaramirim.

DIA 4 DE FEVEREIRO - Os professores e pais decidem não começar as aulas no dia 7 de fevereiro e marcam para a mesma data uma assembleia para apresentar a situação da escola a toda a comunidade escolar.

DIA 7 DE FEVEREIRO - A assembleia definiu que as aulas não iriam começar até



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

que fosse encontrado um novo lugar para abrigar os alunos enquanto a escola ficasse sem uma solução de melhorias.

DIA 9 DE FEVEREIRO - A Vigilância Sanitária interdita a escola por causa de problemas de infiltração, péssimo estado dos banheiros, uso inadequado da cozinha, defeitos na cobertura e botijões de gás perto de uma sala de aula. As aulas ficam interrompidas até o dia 21 para que seja encontrado novo local para acomodar os alunos.

DIA 11 DE FEVEREIRO - Ficou decidido que os 400 alunos do turno da noite vão estudar na Escola Almirante Tamandaré. Os do quinto ano matutino e vespertino e a terceira série matutina foram encaminhados para a Escola Alfredo Zimmermann.

DIA 17 DE FEVEREIRO - 362 alunos começam o ano letivo: parte na Almirante Tamandaré e parte na Alfredo Zimmermann.

DIA 18 DE FEVEREIRO - Termina o prazo para definição de onde os 572 alunos da Escola Lauro Zimmermann iriam estudar. A SDR não encontrou uma solução.

DIA 28 DE FEVEREIRO - Termo de ajustamento de conduta (TAC) é assinado entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e o Ministério Público para que sejam feitas melhorias e apresentado o projeto de reformas num prazo de 35 dias.

DIA 2 DE MARÇO - Com a promessa de cumprimento do acordo firmado no TAC pelo governo do Estado, as aulas reiniciam para 572 alunos

DIA 4 DE ABRIL - Estado não entrega projeto dentro do prazo.

DIA 6 DE ABRIL - Com a situação dos banheiros precária e o fornecimento de alimentos secos como merenda, Vigilância Sanitária realiza novas vistorias na escola.

DIA 13 DE ABRIL - Vigilância Sanitária deu prazo para até o dia 15 de abril para que o Estado apresentasse solução para os problemas.

DIA 14 DE ABRIL - Insatisfeitas com a situação da unidade, agentes da Vigilância voltam a interditar a escola e as aulas são paralisadas novamente.

DIA 28 DE ABRIL - Depois de 14 dias de interdição, a Vigilância Sanitária libera a volta às aulas. A SDR realizou reformas na cozinha, sala de informática e banheiro.

DIA 2 DE MAIO - Mais de 500 alunos voltam à escola. A SDR anuncia que alunos ficarão sem férias em julho para recuperar as aulas perdidas da primeira paralisação.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 2/05/2011
Assunto: Construção		Page: A18

Construção da escola influencia aprendizado

Planejamento dos espaços deve levar em conta as características da comunidade

Ocimara Balmant
ESPECIAL PARA O ESTADO

A correlação é imediata: quando se pensa em sala de aula, logo vem à mente um cômodo retangular, com carteiras dispostas em filas e a mesa do professor à frente. Exceto por uma ou outra experiência “alternativa”, o modelo com séculos de uso é o que impera, tanto em escolas públicas como nas salas de aula da rede privada.

“Essa disposição facilita ao professor manter a ordem e o silêncio, mas não é o melhor para o aprendizado, não estimula a criatividade. Se você passa o tempo todo olhando para a nuca de seu colega, já não o valoriza”, diz a arquiteta Doris Kowaltowski.

Professora da Universidade de Campinas (Unicamp), Doris acaba de lançar o livro *Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino*, com o objetivo de mostrar que a formação do aluno depende não apenas do professor e do material didático, mas também do espaço que frequenta.

A lista de locais transcende os metros quadrados da sala de aula. Um projeto arquitetônico escolar deve levar em

conta do projeto paisagístico à altura do mobiliário adequada para cada faixa etária.

Em uma pesquisa realizada com estudantes em fase de alfabetização de escolas públicas de Campinas, a autora pediu que as crianças desenhassem o que gostariam que houvesse no lugar em que estudam.

O resultado mostrou que a maior parte das meninas gostaria que a escola tivesse parque e os meninos, campo de futebol. Foram raros os desenhos que mostraram um globo ou uma estante de livros.

“Os alunos não pedem uma biblioteca porque é algo que não lhes parece atraente. Pelo que eles conhecem de biblioteca, não conseguem imaginar que pode ser um espaço bonito e acolhedor, com poltronas confortáveis, por exemplo.”

Não há, porém, uma fórmula pronta. Pelo contrário. Uma das peculiaridades de um projeto arquitetônico escolar é que ele não deve obedecer a um formato padrão. A construção precisa levar em consideração as características físicas e sociais do entorno do ambiente.

“Cada comunidade tem os seus próprios valores. Uma escola vai ser mais bem aceita e bem cuidada à medida em que a população



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 2/05/2011
Assunto: Construção da escola influencia aprendizado		Página: A 18

AS MODIFICAÇÕES ARQUITETÔNICAS

● **Império:** Padrão pedagógico e arquitetônico voltado para a educação religiosa. A escola funcionava na casa do professor ou em paróquias.

● **Primeira República (1890-1920):** A maioria dos edifícios ficava em áreas contíguas às praças. Os prédios eram imponentes, com pé-direito alto e imensas escadarias.

● **De 1921 a 1959:** A semana de arte moderna e a revolução de 1930 influenciaram a arquitetura. Os edifícios deixaram de ser compactos, e as construções passaram a ser de concreto armado, com grandes corredores.

● **De 1960 a 1990:** A demanda escolar aumentou, e o sistema de construção foi simplificado. As salas eram distribuídas num

grande corredor com paredes de alvenaria e teto de laje pré-moldada.

● **De 1990 a 2010:** A arquitetura é bastante padronizada. Em São Paulo, predomina a edificação de três pavimentos. Os projetos incorporam a quadra de esportes coberta, que facilita o uso do espaço nos fins de semana pela comunidade.

é inserida”, explica Doris. “Uma boa estratégia para facilitar esse convívio é apresentar uma maquete do projeto e ouvir o que os futuros usuários têm a dizer.”

Foi o que ocorreu na favela Maracanã, que tem cerca de 6 mil habitantes e fica na zona sul de São Paulo. Por lá, a construção de uma creche foi resposta a um pedido antigo, feito há 20 anos

pela população. Mas os moradores só se sentiram envolvidos após serem convidados a participar da construção. O mestre de obras era da comunidade e, no início, voluntários da região ajudaram em tarefas como construir a laje. Inaugurada neste ano, atende a 64 crianças.

Adaptações. Na prática, no en-

tanto, a construção de um ambiente ideal de aprendizado extrapola a planilha do arquiteto e esbarra em obstáculos antigos e complexos. Na dissertação de mestrado que defendeu no ano passado na Unicamp, a arquiteta Marcella Deliberador entrevistou 44 escritórios de arquitetura que prestam serviço à Fundação de Desenvolvimento da Educa-

ção, órgão da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo que é responsável pela construção e reforma dos ambientes escolares.

Entre os problemas apontados pelos arquitetos, a topografia foi o pior. “Muitas vezes, o terreno da escola é o pior do loteamento.”

A creche da favela Maracanã, por exemplo, fica em uma área irregular e, por isso, a construção precisou desconsiderar algumas diretrizes.

“A orientação é para que as escolas sejam térreas e tenham entrada de veículos em duas ruas”, explica o arquiteto Adriano Bechara, que coordenou o projeto. “Mas o terreno era pequeno demais para não construir um nível superior e, no meio da favela, não passa nem carro. Para que faríamos duas entradas de veículo?”, argumenta.

Se nas escolas públicas o terreno não favorece, no caso dos colégios privados a questão é convencer o dono sobre a importância das áreas livres, diz o arquiteto Vinicius Andrade, do escritório Andrade Morettin. “Em muitas particularidades, tudo segue a lógica do lucro. Se o terreno é na área nobre, o proprietário quer aproveitar todo cantinho. Daí, capricha na estética, que fica arrojada, mas por dentro continua apertada e, pior, inacessível, com muitas escadas.

Acessibilidade. Reformar as escolas antigas para atender aos deficientes físicos é outro desafio da arquitetura. “Adequar é mais difícil que construir uma nova. Não é só fazer uma rampa aqui, outra escada ali”, diz Pedro Amando de Barros, do escritório Apicás, responsável pela reforma da escola Caetano de Campos, no bairro da Consolação.

As obras começaram no ano passado e estão em curso, obedecendo a um cronograma que tem de respeitar a rotina dos alunos. “É preciso prever as etapas e deixar para o período de férias as intervenções mais substanciais”



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notas e Informações	Data: 2/05/2011
Assunto: A crise das Fatecs Federais		Página: A3

A crise das Fatecs federais



Durante a campanha eleitoral de 2010, a candidata Dilma Rousseff apontou a expansão do número de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) como uma das principais realizações do governo Lula e prometeu aumentar o ritmo de criação de novas unidades. No fim da semana passada, ela anunciou suas metas para o setor – até 2014, Dilma promete aumentar em 56,7% o número de escolas técnicas e ampliar em 806,9% o número de estudantes na Escola Técnica Aberta do Brasil, que trabalha com ensino a distância.

Com inequívoco caráter eleitoral, a promessa é ambiciosa e nada garante que o governo conseguirá cumpri-la – principalmente se levarmos em conta a crise que os IFs em funciona-

mento estão enfrentando. Como não dispõem de professores em número suficiente, 20 mil alunos estão sem aula há mais de dois meses. Em outras palavras, ao mesmo tempo que promete criar mais 81 escolas técnicas até 2012 e outras 120 até 2014, o governo não consegue fazer funcionar as escolas já existentes.

Essa crise começou em fevereiro, quando Dilma assinou a MP 525, que limitou a 20% do total dos professores efetivos o número de professores substitutos dos IFs e proibiu que docentes substitutos já aprovados em concursos fossem nomeados. Essas medidas – juntamente com a proibição de novos concursos públicos – fazem parte do programa de ajuste do governo, que determinou um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União.

Para se adaptar às novas regras, o Ministério do Planejamento bloqueou o sistema de inclusão de ca-

dastrados de substitutos – e isso impediu os docentes que já haviam sido aprovados em concurso de assumir seus cargos. Por causa do bloqueio, até os substitutos que já haviam começado a lecionar antes da edição da MP 525 deixaram de receber seus vencimentos. Esses professores decidiram continuar trabalhando, para não prejudicar os alunos, embora estejam sem receber há mais de dois meses. Em alguns IFs, os docentes concursados estão se cotizando para ajudar os substitutos que estão sem remuneração.

Para atuar dentro do limite de 20% de professores substitutos, com relação ao total de docentes efetivos, como determina a MP 525, os diretores das escolas técnicas tiveram de mudar a grade horária, sobrecarregando os concursados para poder liberar os docentes substitutos. “Mas isso, além de não ser bom pedagogicamente, é uma estratégia limitada”,



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notas e Informações	Data: 2/05/2011
Assunto: A crise das Fatecs Federais		Página: A3

diz Cláudio Koller, diretor do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. “Você não consegue explicar para a sociedade que tem um sistema por trás do problema da falta de professores. Daí, quem apanha somos nós”, afirma o reitor do Instituto Federal do Espírito Santo, Dênio Rebelo Arantes.

Em alguns IFs, a situação é crítica. É o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Com 13 mil alunos, a escola tem 394 professores substitutos – quase metade dos 800 efetivos. Para cumprir a MP 525, o Centro será obrigado a demitir 234 professores. “Não temos esse tanto de docentes substitutos porque queremos, mas porque não nos permitem fazer concurso com o objetivo de recrutar professores efetivos para repor os que se aposentam”, diz o diretor Flávio Santos.

Quando a crise dos IFs irrompeu,

o Ministério da Educação prometeu que o sistema de inclusão de cadastros do Ministério do Planejamento voltaria a funcionar no início de abril e que o governo permitiria a realização de novos concursos e a convocação dos docentes já aprovados. Até agora, nenhuma providência foi anunciada.

A crise dos IFs é um legado do governo Lula, que estimulou a criação desenfreada de centros de educação tecnológica e de universidades federais, sem qualquer planejamento. “Ele impeliu a criação de novos cursos, esparramou *campi* e agora não há professores. É uma incoerência”, diz o vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Luiz Henrique Schuch. Ao anunciar a criação de mais de uma centena de novas escolas técnicas, enquanto as existentes carecem de professores, Dilma está seguindo o exemplo de seu antecessor.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 2/05/2011
Assunto: Móveis pesados dificultam.....;		Página: A18

Móveis pesados dificultam diferentes configurações da sala

Locais com pouca iluminação, quentes e barulhentos também tornam mais difícil trabalho do professor

Se a tradicional sala de aula com 30 crianças em fila e um professor na frente não serve, como deve ser o espaço onde os estudantes passam a maior parte do tempo?

Para a arquiteta Doris Kowaltowski, as mudanças fundamentais são simples e não encarecem a construção.

Mobiliários mais leves, por exemplo, permitem que se faça arranjos variados. “Como os móveis são pesados, as

crianças não conseguem mover as cadeiras de um lado a outro. Ficamos reféns das faxineiras. Do jeito que elas arrumam, fica.”

Além disso, explica a pesquisadora, é preciso investir nos confortos térmico, visual e acústico. Em um ambiente escuro, caloroso e com ruído em excesso, não há professor que consiga ensinar nem aluno que se interesse pela aula.

Para o clima brasileiro, quente em praticamente todo o País, é preciso proteger as salas de aula contra a incidência do sol e favorecer a ventilação. O que não se resolve com cortina e ventilador. A melhor sombra é a natural, que vem da distribuição de arbustos e árvores. Para que o ar circule, é preciso ventilação cru-

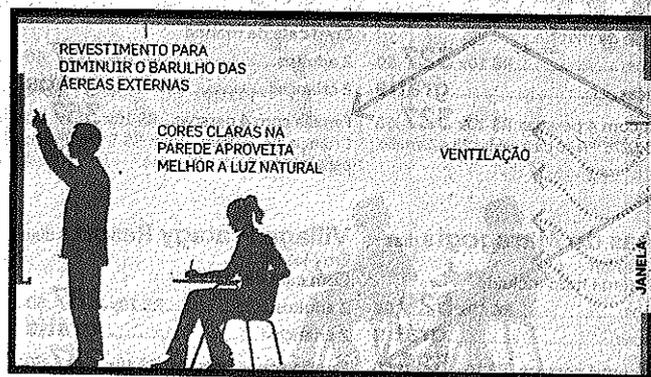


CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 2/05/2011
Assunto: Móveis pesados dificultam.....;		Página: A18

SIMPLES E FUNCIONAL

- Incidência de luz solar, plantação de árvores nos arredores e paredes e teto claros ajudam a compor uma sala de aula em que os alunos tenham conforto térmico, visual e sonoro



INFOGRÁFICO/AE

zada, o que não se consegue em grande parte das escolas, construídas com um corredor no meio e salas dos dois lados.

O problema do ruído pode ser amenizado se as salas tiverem revestimento interno que diminui a reverberação e se os ambientes de recreação e as áreas de ativida-

des esportivas estiverem distantes de onde estão as classes, salas de leitura e a biblioteca.

O conforto visual é o mais fácil de ser concebido e depende principalmente da correção de erros comuns, como a prática de pintar as vidraças com cores escuras para evitar a incidência do

Sol, o que, além de não resolver o problema do calor, ainda escurece o ambiente.

Outra falha usual é usar cores escuras nas paredes, para esconder a sujeira. As salas precisam ter vidros, paredes e tetos claros para aproveitar ao máximo a iluminação natural. /O.B.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Cidade	Data: 29/04/2011
Assunto: Manifestação		Página: 9

MANIFESTAÇÃO

Professor estadual pede aplicação de piso nacional

A regional de Joinville do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) promoveu ontem uma manifestação na Praça da Bandeira, reivindicando a aplicação imediata do Piso Nacional do Magistério, recentemente julgado constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal). O movimento também foi realizado em Florianópolis e Chapecó, reunindo professores, orientadores, diretores de escolas e funcionários da Educação.

Segundo a coordenadora regional do Sinte, Clarice Erhardt, a determinação é que o salário passe de R\$ 600 para R\$ 1.187 aos professores da rede pública de educação de Santa Catarina. “A lei determina que o salário dos professores não pode ser menor que R\$ 1.187,97, para

uma carga horária de 40 horas semanais. O valor de R\$ 600 é um absurdo, tanto que há ação na Justiça”, comentou.

Clarice lembrou que o governo estadual havia questionado a determinação da Justiça, promulgada em 17 de julho de 2008, alegando que teria problemas com a folha de pagamento dos servidores. “Queremos a aplicação do piso imediatamente, pois desde 2009 estamos em conversação”, analisou.

A coordenadora informou que o governo estadual terá até o dia 11 de maio para dar uma resposta concreta para o Sinte. “Não havendo algo de concreto, não descartamos mobilizações e ações na Justiça. É por isso que estamos hoje reunidos”, defendeu.



Bom exemplo. Rafaela Cavalheiro e Gabriel da Costa ensaiam no projeto Bate Lata. As notas deles aumentaram



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Cidade	Data: 29/04/2011
Assunto: Manifestação		Página: 9



IRAN CORREIA/ND

Meta: Educadores pedem a valorização do magistério e cumprimento de lei



Cumprimento de plano

O movimento também reivindica a aplicação de metas do PNE (Plano Nacional de Educação). As principais tratam da valorização dos trabalhadores na Educação, gestão democrática com a eleição direta para diretores nas escolas, independência de poderes na área educacional e maior participação nas decisões junto aos governos estaduais. “São pontos fundamentais para que a Educação do país seja qualificada. Esperamos que Santa Catarina seja um exemplo”, frisou a coordenadora.



... o

salário dos professores não pode ser menor que R\$ 1.187,97... R\$ 600 é absurdo...



CLARICE ERHARDT, SINTE

Tebaldi aguarda publicação

O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, passou o dia de ontem com o governador Raimundo Colombo, em Tubarão, onde visitaram várias escolas dentro do projeto Governando o Governo. Por telefone, ele confirmou que existe intenção de dialogar com o Sinte sobre a aplicação do piso nacional. “Estou aguardando a publicação oficial da decisão do STF. Após isto, quero conversar com a categoria para tentar um acordo”, garantiu.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Cidade	Data: 29/04/2011
Assunto: Educação contra a desigualdade		Página: 9

Educação contra a desigualdade

Mais. Escola Dr. Sadalla Amin Ghanem oficializa hoje programa que pretende integrar os alunos

ALINE MACHADO PARODI
aline.parodi@noticiasdodia.com.br

A ansiedade tomou conta de Rafaella Eduarda Cavalheiro, de 10 anos, aluna do 5º ano da Escola Municipal Dr. Sadalla Amin Ghanem, na véspera da apresentação que ela fará no lançamento do programa Mais Educação, nesta sexta-feira, às 14h30, na escola. Ontem, Rafaella e os outros 75 alunos que participam do programa fizeram os últimos ensaios. “Acordei cedo e não via a hora de dar meio-dia para vir à escola ensaiar”, contou. Na plateia, estarão os pais, alunos, professores e representantes da Secretaria Municipal de Educação.

O programa Mais Educação é iniciativa do MEC (Ministério da Educação), com objetivo de desenvolver políticas públicas educacionais e sociais, diminuindo as desigualdades. O programa começou em 2008 e chegou no ano passado ao Estado. As crianças participam de série de atividades no contraturno (período em que não estão na

sala de aula), como dança, basquete, Bate Lata e reforços de língua portuguesa e matemática. A escola também vai ganhar equipamentos para instalar uma rádio.

A Escola Dr. Sadalla Amin Ghanem, no Loteamento Parque Guarani, foi uma das escolhidas por causa do baixo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Em 2009, as turmas de 4º e 5º anos tiveram Ideb 6.2 e as de 8º e 9º anos, 4.5. A escola vem desenvolvendo o programa desde agosto passado, mas hoje é que haverá o lançamento oficial. “Ano passado foi de ajustes e agora em março começamos a trabalhar de forma diferente. Com mais envolvimento dos alunos”, explicou a coordenadora do programa na escola, Nanci Aparecida Lamin.

Os 76 alunos que participam têm entre nove e 14 anos e foram selecionados porque apresentam baixo rendimento escolar, defasagem idade/série e situação de vulnerabili-

dade. “Nossa intenção de oferecer as atividades no contraturno é de resgatar estas crianças, que muitas vezes ficam sozinhas e na rua, enquanto os pais estão trabalhando. Nossa comunidade é carente e há diversas situações de riscos para elas”, afirmou Nanci.

Os resultados das atividades começam a aparecer no boletim. Gabriel da Costa, 12, aluno do 6º ano, comemora as notas. “Antes, eu tirava quatro ou cinco. Agora as notas estão bem boas. Tiro sete, oito”. Rafaella conta que até nota dez está virando rotina. “Já tirei vários dez. No reforço, as professoras dão mais atenção. Acho mais fácil aprender”, disse a estudante.

Mais do que melhorar o rendimento escolar, o programa também pretende mudar comportamentos. Para o professor do Bate Lata, Gilmar Benedito dos Santos, a disciplina exigida durante as oficinas é refletida em sala de aula.



LÍDER

Em 2010, a Escola Castello Branco, do Boa Vista, foi a 1ª no Ideb estadual, com nota 7,8.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Mundo	Data: 2/5/11
Assunto: Educação é a chave para crescimento sustentável regional		Página: A15

Educação é chave para crescimento sustentável regional

Importância da participação das mulheres na economia é apontada por debatedores

DO RIO

Melhorar a qualidade da educação é um passo fundamental para garantir um crescimento sustentável da América Latina nos próximos anos. Essa opinião foi reiterada por grande parte dos participantes dos primeiros debates da edição regional do Fórum Econômico Mundial, ontem no Rio.

“O maior problema da América Latina é a falta de qualidade da educação, principalmente a superior. Se nós não pudermos aliar mais educação a maiores investimentos em ciência e tecnologia e inovação, não iremos ter êxito”, afirmou a costarriquenha Rebecca Gynspan, administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Roberto Teixeira da Costa, do Conselho de Empresários da América Latina, afirmou que “o Ministério da Educação deveria ser mais importante do que o Ministério da Fazenda nos nossos países”.

A perspectiva de ter que esperar uma geração para colher os efeitos positivos de

melhoras na educação angustia o venezuelano Ricardo Hausmann, diretor do Centro para Desenvolvimento Internacional da Harvard Kennedy School.

“Nós não podemos esperar até que o sistema educacional seja reformado. Há muitos latino-americanos na casa dos 30 anos que precisam ser incentivados a ser empreendedores”, afirmou.

MULHERES

Outro tema discutido foi como o investimento na educação das mulheres pode ser um caminho para o avanço da América Latina.

A colunista da **Folha** Maria Cristina Frias defendeu que o governo brasileiro adote uma política agressiva de qualificação das trabalhadoras como forma de ampliar as oportunidades de emprego.

“Com uma pequena parte dos royalties do petróleo, com recursos do setor privado e um bom projeto poderiam se criar no país institutos inspirados em organizações como o MIT (Massachusetts Institute of Technology), como a China faz.”

+

Clipping

CNTE

ProUni mudará para reduzir bolsa ociosa

• Data: 03/05/2011
• Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
• Editoria: COTIDIANO
• Jornalista(s): ANGELA PINHO
• Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Nos dois processos seletivos de 2010, 30% e 40% das bolsas em instituições particulares não foram utilizadas

Condicionar isenção fiscal a preenchimento de vagas e cortar bolsas parciais são as opções estudadas pelo governo

ANGELA PINHO

DE BRASÍLIA

O governo federal quer vincular a isenção fiscal das universidades que participam do ProUni ao preenchimento das bolsas oferecidas nas instituições particulares.

Essa é uma das opções em estudo para reduzir o número de vagas ociosas ou evitar que a União pague pelas que não são preenchidas.

Criado em 2004, o ProUni permite que instituições de ensino superior particulares abram vagas a alunos carentes com desconto de até 100%. Em troca, elas ficam isentas do pagamento de alguns tributos federais.

O problema é que boa parte das vagas acaba não sendo preenchida. Nos dois processos seletivos de 2010, a ociosidade ficou em 30% e 40%.

O Ministério da Educação e a Receita Federal estudam alternativas para modificar a lei que criou o programa.

Uma delas, que tem mais chance de vingar, é condicionar a isenção fiscal das universidades ao preenchimento das vagas. Se a instituição não conseguir ocupar todas as bolsas, portanto, terá um desconto menor nos tributos.

A segunda alternativa em estudo é acabar com as bolsas parciais, que cobrem 50% ou 25% das mensalidades. Elas são destinadas a alunos com renda familiar per capita de até três salários mínimos por mês (R\$ 1.635) e, de acordo com o MEC, são as que mais sobram.

Nesse cenário, restariam apenas bolsas integrais, que cobrem todas as despesas. Para ter acesso a elas, o teto de renda é de um salário mínimo e meio per capita (R\$ 817,50). Desde a criação do ProUni, 70% dos alunos usam o

benefício integral.

A decisão final sobre a opção escolhida será tomada ainda nesta semana pelo MEC e pela Receita. A princípio, diz o ministro Fernando Haddad (Educação), a mudança deve ser feita por medida provisória, o que garante que entre em vigor e só depois vá para o Congresso.

Só neste ano, a previsão é que as universidades que fazem parte do ProUni deixem de pagar cerca de R\$ 500 milhões em impostos. O valor é equivalente ao que seria necessário para manter cerca de 30 mil alunos em uma universidade pública.

Para Paulo Cardim, presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, as duas alternativas são positivas, já que as bolsas integrais são melhores para famílias mais carentes e porque a proporcionalidade da isenção à ocupação das vagas premia as melhores instituições.

Clipping

CNTE

A mensagem do censo (Editorial)

• Data: 03/05/2011
• Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
• Editoria: OPINIÃO
• Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Os dados do Censo 2010 não trazem novidades sobre a demografia do país que já não se conhecessem por outras pesquisas. Mas revelam que fronteiras marcantes foram ultrapassadas na década.

O Brasil conta 190.755.799 habitantes. Há mais pessoas vivendo em cidades (84,4%) do que nos EUA (82%). O número de analfabetos caiu pela primeira vez abaixo de um décimo (ficou em 9%).

Outro resultado que chama a atenção é a composição populacional segundo a cor. Em 2000, ano do último recenseamento, 53,7% dos entrevistados declaravam-se brancos. Dez anos depois, eram 47,7%. Entre não brancos, o contingente que mais cresceu na década foi o de autodeclarados pardos, de 38,5% para 43,1%.

Cresceu também o número de brasileiros que se encaixam na minoria de pretos (de 6,2% para 7,6%), segundo a discutível nomenclatura do IBGE. Por ideológica que seja a operação de agrupar pretos e pardos, como prefere o movimento negro, há algo de positivo no fato inédito de somarem mais da metade da população.

É preciso manter em vista que não se trata de uma classificação objetiva, muito menos científica, mas autoatribuída. O fato de cada vez mais pessoas se declararem pretas e pardas -seja porque a miscigenação aumentou, seja porque um número maior delas se sente confortável na condição- parece indício forte de que o país começa a superar tais divisões.

Outra fronteira digna de nota a ser cruzada está no saneamento básico: hoje 55,5% dos domicílios estão conectados à rede de coleta de esgotos, contra 48,6% há dez anos. Se incluídas no cômputo as fossas sépticas, modalidade de esgotamento sanitário também considerado adequado, mais de dois terços dos lares brasileiros (67,1%) estão em situação aceitável.

O anverso do quadro é que um terço da população nacional não tem banheiros para usar, ou não os tem em condições recomendáveis do ponto de vista da saúde. É um deficit grave no balanço social do nosso desenvolvimento.

Parafraseando slogans do novo e do velho governo do PT, caberia assinalar que país rico é país com banheiros e esgotos para todos.

Clipping

CNTE

"Bullying" confunde áreas de saúde e educação

✦ Data: 03/05/2011
✦ Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
✦ Editoria: BRASIL
✦ Jornalista(s): Luciano Máximo
✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Políticas públicas: Governos têm pouca informação sobre a prática e não sabem como lidar com o problema

Luciano Máximo

As consequências do assédio moral e físico sofrido por crianças e adolescentes dentro de escolas públicas e privadas - também conhecido pelo termo inglês bullying - já extrapolam os limites da educação e avançam rapidamente sobre os setores de saúde, assistência social e segurança, mas o país ainda engatinha na formulação de políticas públicas de combate ao problema.

O bullying já envolve cerca de 30% dos estudantes brasileiros, de acordo com a última Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense/IBGE 2009), e a falta de sintonia entre as áreas de saúde e educação para lidar com a questão é tida como preocupante. Em geral, governos têm pouca informação sobre o assunto, entre médicos e psicólogos há divergências se o bullying é um problema de saúde ou não, o padrão de diagnóstico e tratamento no sistema de saúde não é claro e especialistas avaliam que educadores e funcionários de escolas precisam de melhor formação para identificar e restringir a prática.

O coordenador de saúde mental do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori, admite que o país "está apagando fogo" no enfrentamento do bullying. "A verdade é que as políticas públicas não estão estruturadas." Segundo ele, o governo federal prepara para o fim do semestre uma ação nacional de treinamento de profissionais de saúde focada em abuso e violência entre crianças. "É necessário aumentar a consciência para resolver ou minorar danos causados por fenômenos como o bullying. Começamos a nos reunir com especialistas da área infantil para propor uma inflexão na política de assistência de saúde mental a crianças e adolescentes", acrescenta Tykanori.

Embora acreditem que os principais espaços para trabalhar a prevenção e a redução do bullying sejam a escola e a família, especialistas consideram grave o distanciamento da área de saúde do problema, uma vez que os males decorrentes dos assédios se manifestam em forma de patologias físicas e mentais. É comum estudantes que sofrem abusos reclamarem de mal-estar ou febre, principalmente na hora de ir para a escola, e também há casos de depressão e surtos de agressividade.

"Os pais não levam a criança no médico porque ela está sendo alvo de bullying, mas problemas decorrentes do ato acabam demandando serviços de

saúde e cabe ao profissional do setor conhecê-lo para fazer o diagnóstico. O ideal seria orientar os pais e até entrar em contato com a escola", explica o médico-pediatra Aramis Lopes, especialista em bullying e dirigente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). "Infelizmente, esse profissional de saúde, na rede pública e privada, não tem consciência para o caso. O bullying não passa na cabeça, principalmente do pediatra", diz.

Uma incompreensão generalizada sobre a responsabilidade pelo combate aos problemas derivados do bullying entre educação e saúde e entre as três esferas de governo também prejudica a consolidação de políticas públicas. A Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que tratar casos de bullying é atribuição do serviço municipal de saúde, onde estão estruturados os Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Em Brasília, cujo índice de assédio escolar é o mais alto do país (35,6%), segundo a pesquisa do IBGE, a área de saúde disse que o bullying está relacionado à educação, pois são "atitudes que referem-se mais a situações comportamentais do que a distúrbios relacionados à saúde".

A psicoterapeuta Maria Tereza Maldonado, autora do livro "Bullying e cyberbullying: o que fazemos com o que fazem conosco", observa que muitas leis estaduais e municipais estão em processo de elaboração, mas se concentram apenas no âmbito da educação. "Parceria educação-saúde praticamente não há. Quanto à responsabilização, infelizmente a regra é geral, não só para o bullying. Até hoje não sei se o mosquito da dengue é federal, estadual ou municipal, falta integrar ações", ilustra.

A psiquiatra especializada em criança e adolescente Maria Motta Palma, da área de saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, diz que o serviço da prefeitura está preparado para atender a todos os quadros, embora não haja uma especialização em bullying. "Não dividimos nosso trabalho. O atendimento é individual. Se a criança tiver um problema relacionado à educação, conversamos com a escola e a família, não atendemos por diagnóstico."

Maria Motta conta que recentemente foi iniciado um projeto-piloto entre saúde e educação envolvendo um Caps e duas escolas públicas na periferia da capital paulista. "Nossos profissionais visitam as escolas, capacitam professores e fazem intervenções simples para identificar crianças em situação de vulnerabilidade. Política pública para o bullying passa pela escola, cuidamos da consequência. Se a escola identifica o problema e leva caso discutido fica mais fácil, senão fica tudo em cima da saúde."

De acordo com Roberto Tykanori, do Ministério da Saúde, a expansão da rede dos Caps, administrados pelos municípios dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), faz parte do esforço governamental que está em discussão para ampliar a assistência mental no país, incluindo casos de bullying. Entre 2002 e 2010, o número de Caps no país saltou de 32 para 1.624, mas apenas 128 são especializados em crianças e adolescentes. "A expansão deve continuar, mas com pontos de foco. Se disser que temos tudo detalhado vou estar mentindo. Estamos discutindo um plano estruturante, o que implicará inflexões no modo como a criança é acolhida no sistema e como ela é olhada na escola", diz Tykanori.

Em Curitiba, onde 34% dos estudantes que participaram da pesquisa do IBGE responderam ter sido vítimas de algum tipo de violência na escola, a Secretaria Municipal de Saúde criou um programa chamado "Adolescente Saudável". A princípio a abordagem da ação era o consumo de álcool e drogas e sexualidade, mas recentemente o tema bullying começou a ser discutido. "Colocamos o jovem como protagonista no seu ambiente. Recentemente algumas escolas organizaram peças de teatro destacando o bullying como tema, uma ação que é multiplicada para várias outras escolas, como participação da área de saúde, educação e assistência social da prefeitura", destaca Luciana Elisabete Savaris, da prefeitura de Curitiba.

Em Belo Horizonte, o tema violência escolar está na agenda da área educacional desde 1999. Em 2004, a Secretaria de Educação organizou um seminário específico sobre bullying para os servidores municipais. De lá para cá, Ismayr Sérgio, gerente de coordenação dos projetos especiais da secretaria, diz que as ações para identificar e reduzir o problema se concentram na qualificação profissional, do porteiro ao diretor da escola. "Treinamos 10 mil na educação. Agora estamos na primeira etapa do treinamento de guardas municipais que fazem a ronda escolar. O grande desafio é multiplicar isso para as famílias e outras áreas, como saúde", conta Sérgio.

Clipping

CNTE

CE pode votar aumento da carga horária escolar

- ✧ Data: 03/05/2011
- ✧ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
- ✧ Editoria: COMISSÕES
- ✧ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne hoje, às 11h, para debater, entre outros itens, o projeto que aumenta a carga horária escolar mínima nos níveis fundamental e médio. A proposta (PLS 388/07) é relatada pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

A comissão também vota em turno suplementar o texto substitutivo do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), ao PLS 385/07, que aumenta de 75% para 80% a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica.

Outro projeto a ser debatido é o PLS 196/10, que prevê o ensino e o canto do Hino Nacional em estabelecimentos de ensino. O senador Pedro Taques (PDT-MT) é o relator do texto.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 3/5/11
Assunto: Câmara dos deputados realiza audiência pública sobre preconceito, discriminação e bulliing na educação		Página: online

Câmara dos Deputados realiza audiência pública sobre preconceito, discriminação e bullying na educação

Em parceria com a Comissão de Educação e Cultura, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação fará uma audiência pública amanhã (4), para que deputadas e deputados ouçam as preocupações e reivindicações da sociedade civil organizada quanto ao enfrentamento de leis, políticas e práticas discriminatórias na educação.

Várias organizações apoiam a Semana de Ação Mundial no Brasil, entre elas Unesco e Unicef. Um filme com Lázaro Ramos, cedido pelo Unicef, está sendo divulgado no [blog](#) da Semana. Haverá sorteio de kits com camisetas, bolsas e outros materiais promocionais pelo twitter no período da SAM, que se estende até o dia 8 de maio (#semanaacaomundial).

Para a audiência pública foram convidados expositores que abordarão campos específicos de discriminação na educação, como racismo, homofobia, preconceito contra pessoas do campo e contra deficientes, entre outros. São eles:

Maria Nazaré Mota de Lima – Coordenadora da Área de Educação - Ceafro (Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA)

Cleodelice Aparecida Zonato Fante – Plan (Pesquisa sobre bullying escolar e campanha Aprender Sem Medo)

Claudia Maia – Coordenadora Técnica da ONG Escola de Gente

Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Denise Carreira Soares – Relatora da Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação

Maria Cristina Vargas – Coletivo de Educação do MST

Maria Helena Franco – Coordenadora do Projeto Escola sem Homofobia na ECOS Comunicação em Sexualidade

Toni Reis – Presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 3/5/11
Assunto: Portaria vai autorizar 1,7 mil obras na área da educação		Página: online

Portaria vai autorizar 1,7 mil obras na área da educação

Será publicada, ainda esta semana, uma portaria do Ministério da Educação (MEC) que prevê a autorização de licitações para 1,7 mil obras ligadas à educação. Entre as autorizações previstas está a recuperação da capela de São Pedro de Alcântara e demais instalações atingidas pelo incêndio que tomou o Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizado na Praia Vermelha, zona sul do Rio, no dia 28 de março deste ano.

A informação foi dada pelo ministro Fernando Haddad, em entrevista coletiva concedida após sua participação em evento da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), na tarde de segunda-feira (2), em Brasília. “São 1,7 mil novas obras, desde a reforma de um laboratório até a construção de uma quadra”, esclareceu Haddad.

As licitações serão feitas ainda em 2011, sendo que a execução das obras varia de caso a caso. A portaria engloba vários programas do MEC. “São obras do Reuni (de apoio à expansão das universidades), de hospitais universitários, de institutos federais, entre outros”, esclareceu Haddad. Uma mesma instituição pode ter mais de uma obra cuja licitação será autorizada pela portaria.